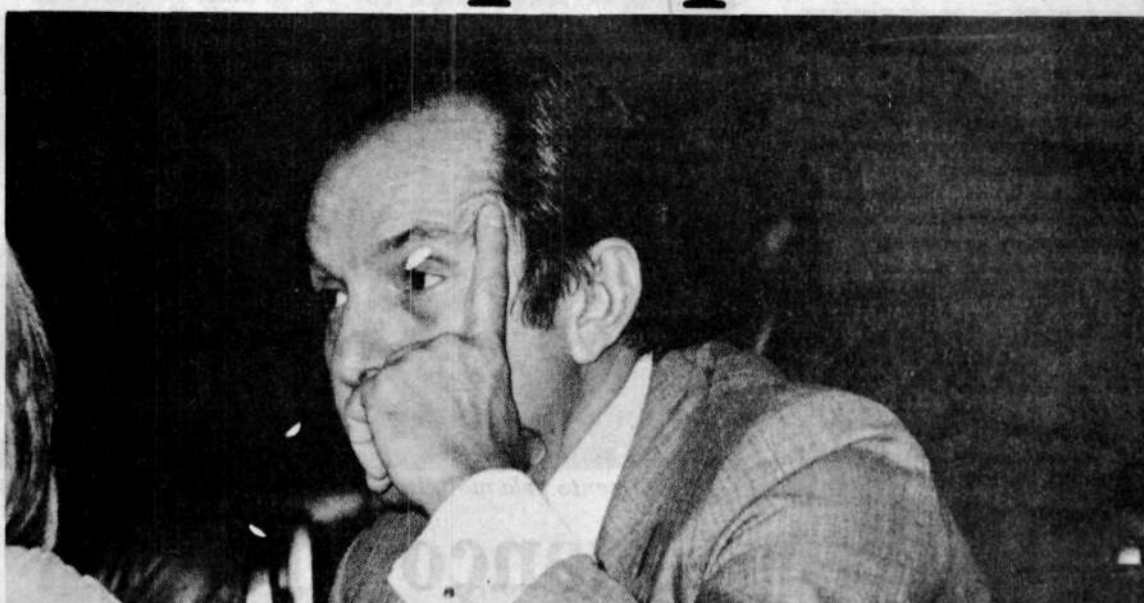


Começa hoje trabalho de sistematizar propostas

A Comissão de Sistematização da Constituinte faz hoje sua primeira reunião depois de terem sido concluídos os relatórios das comissões temáticas. A Sistematização recebeu ontem sete relatórios; ficou faltando o da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da comunicação. Essa comissão não aprovou seu relatório, de modo que caberá ao relator Bernardo Cabral PMDB/AM essa tarefa, já no âmbito da Comissão de sistematização.

Os relatores auxiliares e os relatores de campo, que trabalham em conjunto com o deputado Bernardo Cabral, estiveram em plena atividade ontem. Eles estão comparando os vários relatórios para levantar possíveis pontos comuns. Ao mesmo tempo digitadores do Prodasen — Serviço de Processamento de Dados do Senado — continuaram transpondo para o computador o conteúdo de todas as propostas contidas nos relatórios. O deputado Adolfo de Oliveira, PS/RJ, um dos relatores de campo, informou que esse trabalho deverá estar concluído ainda esta semana.

O relator Bernardo Cabral vai ter prazo de 10 dias para apresentar, com base nos relatórios das comissões temáticas, um anteprojeto completo de Constituição. O prazo vai até 26 de junho. Assim que ele apresentar esse anteprojeto, correrá um novo prazo, de cinco dias, para que os constituintes apresentem emendas ao anteprojeto. Esse prazo se encerra às 24 horas do dia 2 de julho. Em seguida, serão contados mais cinco dias, estes correspondentes ao prazo dado a Bernardo Cabral para se pronunciar sobre tais emendas e, até, para elaborar um anteprojeto substitutivo. Para ele, esse prazo termina no dia 7 de julho. Nos três dias seguintes, isto é, até 10 de julho, a Comissão de Sistematização debaterá e votará esse anteprojeto. Concluída essa etapa, Bernardo Cabral e os relatores auxiliares se encarregam da redação final do projeto (não mais anteprojeto), eles terão até o dia 14 para fazer isso. No dia 15 de julho a Comissão de Sistematização encaminhará o projeto ao plenário da Constituinte.



Bernardo Cabral nota, nos substitutivos das comissões, "sensível avanço social"

Os 4 adjuntos são do PMDB

Nessa primeira fase de trabalhos na Comissão de Sistematização — que vigorará até às 24 horas do dia 26, quando seu relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), terá que apresentar um anteprojeto que compatibilize os substitutivos, encaminhados pelas comissões temáticas — quatro constituintes, convocados pelo relator e denominados adjuntos, além de formarem como colaboradores na confecção do primeiro relatório da Comissão de Sistematização, estarão representando seus partidos políticos, e, logicamente, seus respectivos programas para a Assembléia Nacional Constituinte. Principalmente os integrantes do PMDB. São eles: senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), senador José Inácio (PMDB-ES) e senador Wilson Martins (PMDB-MS).

Como todos os quatro integrantes são filiados ao PMDB, somente com a seqüência dos trabalhos — após o dia 28, quando começará a correr o prazo de cinco dias para o recebimento de emendas — as diferenças entre os dois grupos (progressistas e liberais), que se batem em discussões irreconciliáveis, tenderão a um novo confronto no auditório Nereu



Ramos na Câmara dos Deputados, local onde a Comissão de Sistematização se reunirá às terças, quartas e quintas-feiras.

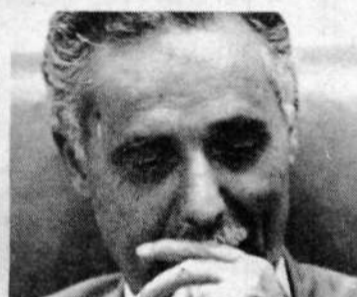
O deputado Bernardo Cabral, numa primeira vista sobre os substitutivos das comissões temáticas, notou um sensível avanço no campo social, com a aprovação de questões como 40 horas semanais de trabalho, estabilidade no emprego após 90 dias do período de experiência e a ampliação da seguridade social. Os retrocessos ficaram por conta, conforme o relator, de questões concernentes à reforma agrária. Os pontos polêmicos se relacionam ao mandato presidencial e ao sistema de governo.

Sobre esses dois últimos pontos, o deputado federal deverá acatar o que ficou decidido na Comissão de Organização dos Poderes e

Sistema de Governo, naquilo que se refere a um mandato presidencial de cinco anos, tanto para o presidente José Sarney como para seus sucessores. Quanto ao sistema de governo a ser adotado no país, Bernardo Cabral opta pelo "parlamentarismo híbrido": "Devemos selecionar um sistema de governo de acordo com a realidade brasileira atual. Sei que a Constituição precisa se ater ao futuro mas devemos também nos lembrar da história recente atravessada pelo país. Acredito que assim, nos resguardaremos de surpresas futuras de caráter indesejável".

Além de quatro adjuntos, o relator Bernardo Cabral contará ainda com oito assessores que o ajudarão na montagem do anteprojeto a ser entregue no dia 26. São eles: deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), senador Virgílio Távora (PDS-CE), deputado Renato Vianna (PMDB-SC), deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), deputado Konder Reis (PDS-SC) — relator na Constituinte de 46 e deputado Nilson Gibson (PMDB-PE). O deputado Michel Temer (PMDB-SP), foi convocado por Bernardo Cabral para o cargo de assessor de direito constitucional junto à Comissão de Sistematização.

Os auxiliares do relator



Wilson Martins

O senador Wilson Martins (PMDB-MS), 70 anos, é um político discreto, fundador da antiga UDN, que imprimiu na vida pública a marca da seriedade. Até seus adversários reconhecem isso. Na prévia feita pela liderança do PMDB no Senado, votou por um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Depois pensou melhor e mudou: defende agora quatro anos. Ex-governador de Mato Grosso do Sul, eleito em 1982, foi o primeiro presidente da OAB do estado. Foi casado, com perda de direitos políticos e do cargo, em 1969.

Fernando Henrique

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), 56 anos, é líder do PMDB no Senado e exerce o seu segundo mandato. Antes de entrar na política era professor de Sociologia, com pós-graduação em Paris. Considerado um parlamentar de centro-esquerda, ele começou defendendo um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, mas depois acabou fixando-se em quatro anos. Como relator-adjunto pretende ajudar a Constituinte a avançar nos temas econômicos, uma vez que a Comissão da Ordem Econômica destoou das demais, apresentando um relatório ultraconservador. A maior derrota na política sofrida por Fernando Henrique Cardoso foi a disputa da prefeitura de São Paulo, em 1985, quando perdeu para Jânio Quadros.

Nelson Jobim

O deputado Nelson Azevedo Jobim, ou apenas Nelson Jobim, (PMDB-RS), 41 anos, exerce o seu primeiro mandato legislativo. Foi vice-presidente da OAB-RS, professor universitário e advogado, antes de chegar à Assembléia Constituinte. Jobim é considerado um parlamentar progressista e defendeu intransigentemente uma Constituinte soberana, com amplos poderes até para

decidir as questões econômicas atuais. Ele esteve sempre ao lado dos movimentos populares e deverá ser mais um nome dentro da Comissão de Sistematização para forçar os avanços na nova Constituição. E casado e tem três filhos.

José Inácio

Cumprindo pela primeira vez um mandato federal, o senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES), 48, é formado em Direito e professor da Universidade do Espírito Santo. Foi vereador, em 1963, pelo PSB e deputado estadual em 1967 já pelo MDB. Foi vice-líder do PMDB em 1983, e 1984. Foi presidente da OAB-ES e vice-presidente da União Internacional dos Advogados. Em 1967, participou da Comissão Especial que elaborou a Constituição estadual do Espírito Santo.



Nilson Gibson

Procurador autárquico e advogado, o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), 52 anos, está cumprindo o seu terceiro mandato na Câmara Federal. Formado em Economia e Direito, Gibson é professor de Direito Constitucional e Agrário na Universidade Federal de Pernambuco. Foi presidente da Comissão de Trabalho e Legislação Social em 1980. Gibson iniciou sua carreira política na Arena. Com o surgimento da Aliança Democrática filiou-se ao PFL e neste ano ingressou no PMDB.

Sandra Cavalcanti

Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), 62 anos; professora, com pós-graduação em Língua Portuguesa, Filosofia e Linguística; solteira; primeira legisladora; "liberal de centro". Defende uma Constituição substantiva e eficaz. O modelo econômico ideal é a economia de mercado moderna, ao estilo alemão e espanhol, com a ingerência mínima do Estado na área de iniciativa privada. Res-

guarda a importância do capítulo de garantias da cidadania, definindo claros mecanismos do contribuinte, do consumidor e do eleitor com armas jurídicas nas mãos para ser realmente um cidadão.



Virgílio Távora

O senador Virgílio Távora foi governador do Ceará por duas vezes, exerceu o mandato de deputado federal por três vezes e está eleito para a segunda legislatura no Senado Federal. E formado em engenharia pela Escola Militar de Realengo e foi ministro da Viação e Obras Públicas no período 1961/62. Já foi titular da Comissão de Finanças, da Comissão de Economia, de Ciências e Tecnologia, de Fiscalização e Controle, e suplente da Subcomissão de Serviço Público Civil. Távora, do PDS, é tido como conservador, mas é um dos experts em economia no seu partido.

Renato Viana

Renato Vianna (PMDB-SC), 43 anos advogado; casado, três filhos; segunda legislatura; centro-esquerda ou "democrata-liberal". Defende a elaboração de uma Constituição sintética, com significativos avanços no campo social. Sugere que a Sistematização assuma o compromisso de dar prioridade às matérias remetidas a lei complementar e ordinária, resguardando o direito à discussão, votação e aprovação. Como ex-presidente da Comissão do Serviço Público da Câmara, pretende insistir no direito à sindicalização e na aprovação de um plano de cargos e salários para a categoria.

Joaquim Bevilacqua

Joaquim Bevilacqua é industrial, comerciante e advogado. Foi eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro e está em seu segundo mandato como deputado federal, depois de ter exercido o cargo de prefeito de São José dos Campos (SP). E

formado em Direito pela Faculdade do Vale do Paraíba. Na Câmara Federal, já exerceu a presidência da Comissão de Constituição e Justiça, foi suplente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Preços, suplente da Comissão de Saúde, titular da Comissão Especial da Política Demográfica e Redivisão Territorial, titular da CPI das Multinacionais e presidente da CPI sobre Especulação Imobiliária.

Konder Reis

O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), 62 anos, ingressou na carreira política como deputado constituinte em 1947, pela extinta UDN. Político de centro-direita, é formado em Economia e Direito. Depois de três anos de mandato como deputado, Konder elegeu-se senador pela UDN, em 1963, e pela Arena, em 1971. Em 1975, foi nomeado governador de Santa Catarina. Em 1983, ingressou na Academia Catarinense de Letras. Konder participou também da redação da Constituição de 1967, da qual foi relator-geral.



Adolfo Oliveira

Adolfo Oliveira (PFL-RJ), 62 anos, casado, 5 filhos, médico e tabelião em Petrópolis-Rio, é o coordenador-geral da Comissão de Sistematização, por escolha pessoal do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ex-UDN e ex-MDB, é líder do PL na Constituinte, partido que ajudou a fundar. Ele defende uma Constituição sintética e não passível de interpretações dúbias, mas prevê que a tendência do Congresso é promulgar um texto amplo e detalhado, com cerca de 300 artigos. Para o parlamentar a nova Constituição deve defender a empresa nacional, promover a reforma agrária das terras mal aproveitadas para evitar o conflito e manter o papel das Forças Armadas de intervir na ordem interna. Seu lema é: "Por uma Constituição moderna, justa e humana".